

A queda da Bastilha nos trópicos: O distanciamento entre povo e seus representantes no Brasil atual

Rogério Pereira de Campos¹

Géssica Trevizan Pera²

Resumo: a Democracia no Brasil sempre foi um aspecto distante da população, quase intangível em processos de exclusão e seletividade de direitos e deveres. As crises políticas, econômicas e sociais sempre foram reprimidas por um Estado centralizador e autoritário, porém com as mudanças nas formas de organização disponíveis no mundo virtual torna-se cada vez mais difícil suprimir as inúmeras demandas sociais acumuladas ao longo de séculos de governos construídos por interesses de classes, em um tipo de aristocracia tropical. A inserção cada vez maior da sociedade no mundo virtual traz uma nova forma de contestação e vigilância da política, deixando os agentes governistas sob pressão. A busca de respostas da sociedade não encontram respostas na velha estrutura de poder, causando um mau estar na sociedade e manifestações cada vez mais intensas.

Palavras-chave: Democracia; República; Estado; Sociedade; Redes Sociais.

Introdução

O processo de rupturas representativas no Brasil e no mundo traz na sua origem não somente a insatisfação com a política atual, mas sim com um modelo de Estado e de gestão ultrapassado e que não é capaz de atender as demandas cada vez maiores da sociedade.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP, pós doutorando em preservação patrimonial na Universidade de Aveiro/Portugal. E-mail: rpc.professor@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP, professora da Faculdade Guanambi em Sociologia, Antropologia e História Afro-Brasileira, pesquisadora do Observatório FG do Semiárido Nordestino

Houve uma mudança social, assim como também uma mudança individual e a reorganização do coletivo em diferentes planos, entre eles o virtual disponibilizado pela internet e as redes sociais, como ilustra Castells (1999). O conceito de democracia está sendo reinventado e absorvido por uma nova sociedade, conectadas pela tecnologia e com espaço ilimitado para o diálogo e insatisfações.

Ao tentar pensar sobre essa nova democracia, estudiosos procuram olhar para o futuro na tentativa de identificar características e se esquecem de analisar o passado pelo qual as sociedades das crises vivenciaram. O mundo virtual, a existência de novas identidades e a interconexão com o mundo concreto se aprofundam, trazendo cada vez mais legitimidade ao imaterial, um aspecto inevitável da era da comunicação.

O espaço físico que era limitador para a participação efetiva do cidadão no direcionamento político de sua nação torna-se menos importante, o que representou a *Ágora* na democracia grega ganha um desenho abstrato a ser ocupado pelo e-cidadão, cada vez mais ativo. As praças virtuais colocam o homem contemporâneo como agente efetivo da história, faz a sociedade voltar ao cenário de luta direta entre os interesses de grupos dominantes e dominados, gerando embates das classes sociais (MARX, 2010).

O Capitalismo torna-se seu próprio algoz, criou as ferramentas de contestação ao seu domínio elaborado nos séculos anteriores. A necessidade de expandir-se de forma indefinida gerou uma tecnologia cada vez mais próxima das pessoas, fez a informação transitar do que era sua maior arma de controle para sua maior fraqueza, transita de protagonista para espectador e coloca seu panorama de domínio pleno em xeque.

O mundo tornou-se instável, volátil e altera sua realidade de forma instantânea, em um processo que as instituições governamentais não conseguem acompanhar (Bauman, 2001). A busca por novas representações faz a política e os políticos reféns da indignação popular, aumenta a fragilidade de estruturas ultrapassadas e transitam de forma espontânea entre o mundo virtual e real.

Não existe mais espaço para argumentos vagos de uma classe política cada vez mais deslocada da realidade, deixando em evidência a diferenciação entre os donos do poder (FAORO, 2012) e a plebe, uma clara reedição dos momentos anteriores vividos em uma França monárquica que se tornaria revolucionária e combativa. E assim como retratado na história da Revolução Francesa, vemos o povo novamente às ruas, em uma onda crescente de insatisfação e em busca da cabeça dos responsáveis.

Como esquecemos o passado

Retornando ao século XVIII no cenário anterior da Revolução Francesa podemos observar não somente o auge do modelo Monárquico Absolutista como também a pauperização massiva da população de todo o país, mas o fator mais importante desse sistema para realizarmos uma comparação com o cenário político atual brasileiro é a questão do distanciamento das instituições da sociedade, o isolamento e a formação de dois grupos independentes, os governantes sob os auspícios do poder, protegidos e valendo-se de um modelo administrativo que lhes beneficiava; do outro lado a sociedade geral, os trabalhadores – camponeses em sua maioria – que possuíam poucos serviços oferecidos pela coroa e uma carga elevada de tributos que sustentavam as regalias de Versalhes, sede do governo francês no período.

Os diferentes períodos históricos são decisivos para delimitar o espaço comparativo nas teorias políticas dos dois casos, em especial a capacidade de interpretação e acesso a informação do cidadão. Seria um anacronismo sobrepor duas realidades de diferentes períodos para uma análise direta, dentro dessa disparidade é que poderemos observar questões que transformaram a política no século XXI.

A França do século XVIII contava com uma população de analfabetos, já que as escolas, liceus e faculdades eram reservados para a monarquia, burgueses e clérigos. Dessa forma, a população não sabia ler e tinha pouco

acesso a informações que não fossem as propagadas pelo próprio governo, dessa forma de pouca confiança ou verossímil. No entanto, as pioras sociais eram visíveis de forma cada vez mais claras nas ruas e não precisava de informativos para concluir o esfacelamento camponês contraposto a sublime imagem do palácio real, incólume a qualquer crise.

A situação irá se agravar com o movimento dos filósofos do Iluminismo, em sua maioria de uma classe burguesa descontente por não participar do governo francês, distante da imagem heróica de defesa da sociedade construído no imaginário popular que era necessário para a formação do exército da miséria que tomaria o poder em 1789 e executaria Luís XVI em 1791. A Revolução Francesa foi simbolizada com a queda da Bastilha, prisão que mantinha os inimigos do Estado, sem um motivo real para a população tomar de assalto, a não ser pelo fato de estarem presos diversos burgueses do período, sob influência direta dos pensadores iluministas.

Outras diferentes detenções, com situações muito mais severas e maior número de presos que a Bastilha, não tiveram a determinação de serem destruídas pela população, sendo que haveria maior possibilidade de lá se encontrarem seus pares, encarcerados pelo não pagamento de impostos ou desobediência a ordens reais. O que coloca como marco da história é a narrativa do vencedor do conflito e este a constrói da forma que melhor lhe convier. Não era a primeira ou a última vez que idealismos serão utilizados como motivador da sociedade, ainda que não seja em seu interesse direto.

Sob a bandeira da Revolução Francesa e o lema *Liberté, Egalité, Fraternité*, Napoleão Bonaparte marchará pela Europa no início do século XIX divulgando esses conceitos, trazendo ao mesmo tempo o secularismo em um continente majoritariamente monárquico e sob influência católica nos ditames do poder. Por outro lado, irá impor uma forma de controle autoritário, será coroado tal qual os antigos reis que propunha derrotar e fulminou o conceito de fraternidade dos primeiros anos da revolução no massacre imposto em sua antiga colônia do Haiti em 1804, primeira independência comandada por ex-escravos negros no continente americano (DUBOIS, 2004).

Não foi a primeira e nem a última das revoluções aparentes que ocorrem no mundo, assim como as pretensas mudanças ocorridas em solo brasileiro. Diante dos novos conceitos propostos na França revolucionária, uma elite econômica em busca de poder político será o alicerce da famigerada independência brasileira. Ignora-se nos livros de História, não por acaso, todo o processo de libertação das antigas colônias da América, em especial os casos da América espanhola.

Ainda que da mesma forma liderada e conduzida pelas elites locais, procurou incorporar conceitos de identificação nacional totalmente alheios ao processo ocorrido no Brasil. A ideia de uma grande nação americana de Simon Bolívar em 1812 será sepultada com ele e as fraturas sociais locais formarão diversos países comandados por interesses diversos a cada elite. A lição que ficaria ao vizinho ainda sob domínio português seria a motivação de libertar das amarras coloniais toda a nação, que mesmo sob o comando das elites traria na égide de seu exército o povo que habitava a colônia.

O que não pode ser ignorado, como tratou Holanda (2008) de forma brilhante, é a origem formadora das colônias portuguesa e espanhola, díspares em suas funções, organizações e administrações, que o autor intitularia como *Semeador e Ladrihador* (HOLANDA, 2008, p. 93) e suas pretensões para as novas posses em solo americano. O solo português na costa demonstrava a relevância do território para exploração, jamais houve a pretensão de colonizar a região como os espanhóis no mesmo período. Isto irá resultar na ausência de um povo, uma sociedade que fosse verdadeiramente brasileira quando do período de independência.

O que existia no Brasil nesse período era uma pseudo-sociedade composta por administradores oriundos de Portugal e uma população precária dividida entre trabalhadores de baixa qualificação e escravos de origem africana em uma proporção quase igualitária. Aos homens livres restringia-se viver sob as leis impositivas do Estado centralizador ligado à metrópole sem participação na construção política e aos escravos nada lhes havia de direito em sua situação subhumana de existência.

Em momento algum propôs-se incorporar essas parcelas majoritárias da população e a construção de um identitário nacional, eram componentes do funcionamento arcaico de uma colônia de exploração ou no caso dos escravos meras ferramentas animais tais quais a mula, de onde originou-se sua alcunha *mulato*. Essa separação similar aos estamentos medievais será preservado quando da independência ilusória do Brasil, uma negação às mudanças que ocorriam ao seu redor na América Latina.

Em 7 de Setembro de 1822 o Brasil encenava seu rompimento com a metrópole Portugal, um dos motivos que gerará afastamento das nações recém formadas na América do Sul e o isolamento regional. Novamente a História será escrita de forma distorcida como a formação seminal do presente país. Não se coloca em evidência que a pretensa ruptura partiu de um modelo colonial sob controle português para um império sob o governo do herdeiro direto da coroa lusitana, sob o título de D. Pedro I no Brasil, porém com o nome de D. Pedro IV em Portugal.

Deste momento da história até a proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, nada será alterado na produção ou administração da nova nação, apenas adaptações a novas realidades econômicas. Essa estrutura de exclusão e privilégios deixou traços que iremos tratar adiante na ordenação política e na sociedade brasileira.

Centralismo, Oligopólios e Monarquia

A construção de um país com o tamanho do Brasil tendo suas origens traçadas por um passado colonial não ocorreu ao acaso e essa magnitude irá se mostrar o melhor e o pior para a sociedade brasileira. Ao contrário do restante dos países da América Latina, a ex-colônia portuguesa manteve-se íntegra em um grande território mesmo com diversas tentativas de emancipação e este será um fator determinante para compreendermos a lógica estrutural da política que será construída e vigente até o presente.

A questão da centralidade do poder tem grande importância para Portugal nos primeiros séculos de sua existência e será o molde empregado para todo seu território, inclusive o ultramarino. Alvo de frequentes investidas do reino vizinho do qual derivou em 1140, assim como das guerras religiosas pelos territórios ocupados pelos mouros até o século XIV, tornou-se o primeiro país na concepção moderna da Europa. Isso só foi possível por uma centralidade na imagem do rei, símbolo da formação dessa sociedade portuguesa (RIBEIRO, 1987).

Como coloca Faoro (1958, p. 18):

A amálgama dos dois fragmentos – o leonês e o sarraceno – ambos conquistados com esforçada temeridade, criou a nova monarquia, arrancada, pedaço a pedaço, do caos (...) No topo da sociedade, um rei, o chefe da guerra, general em campanha, conduz um povo de guerreiros, soldados obedientes, a uma missão e em busca de um destino. (...) Ao rei incumbe reinar, ao tempo que os senhores, sem a auréola feudal, apenas exercem o assenhoreando a terra, sem governá-la. (...) Do patrimônio do rei (...) fluíam rendas para sustentar os guerreiros, os delegados monárquicos espalhados no país e o embrião dos servidores ministeriais, aglutinados na corte. Os dois caracteres congregados – o rei senhor da guerra e o rei senhor de terras imensas – imprimiam a feição indelével à história do reino nascente. (...) Os cargos eram, dentro de tal dilema, dependentes do príncipe, de sua riqueza e de seus poderes. (...) Por aí se canaliza o influxo poderoso dentro de dois séculos, de caráter patrimonial do Estado, indistinta a riqueza particular ou pública

Assegurar a independência do recente reino português exigiu uma centralidade não somente militar, mas também administrativa, procurar soluções para todo o conjunto ainda que impregnado de um paternalismo que se tornaria marca patente em solo brasileiro. Essa centralidade será utilizada mesmo após as conquistas das colônias ao redor do mundo, entre elas na América portuguesa. Tomé de Souza será encarregado do governo-geral da colônia em 1549, porém suas decisões eram pautadas pelas ordens centrais da metrópole, diferentemente dos vice-reinados espanhóis com maior autonomia.

Até o século XVIII, com exceção dos centros administrativos como Salvador e Rio de Janeiro, eram excassas as cidades por todo o território, salvo pequenas vilas ou paróquias em pontos estratégicos para a economia. Não era previsto a formação de uma sociedade em solo colonial, mas sim a busca de riquezas para exploração, fator esse que irá se agravar com a expansão sertão adentro em busca de novas riquezas minerais, deixando o centro de decisões distante da capital Lisboa. A mudança da capital geral da administração demonstra isso, ao ser deslocada do Nordeste que foi o pólo econômico com a cana de açúcar até o século XVII, para o Sudeste no século XVIII com a descoberta das jazidas de ouro nas Minas Gerais e posteriormente em Mato Grosso. Trata-se de tentar minimizar o problema do tempo de comunicação com as áreas mais importantes da economia e a capital portuguesa.

Mesmo diante da dificuldade em gerir o extenso território brasileiro, Portugal não via alternativas para a administração colonial. O processo centralizador e direcionado de estratégias militares e econômicas era o único modelo que o império conhecia, que continuou a ser empregado até o momento da pseudo-independência do Brasil. Só haverá uma ruptura com os regimentos portugueses com a chegada das elites locais, porém a centralidade será continuada, direcionada para a capital Rio de Janeiro.

Ainda incultido na ideia de administração, o paternalismo dos primeiros momentos da colônia portuguesa na América e o assentamento populacional determinado por concessões reais gerou distorções sobre direitos sociais e nas relações de poder, em especial na esfera política. O processo seletivo censitário dos governantes consolidou nos altos cargos os detentores de maior poder econômico, aumentando o distanciamento político da população, fator esse que seria contornado somente no século XX.

Dessa forma, antes mesmo de se constituir uma sociedade brasileira, buscou-se consolidar o oligopólio do poder, assegurar às classes dominantes economicamente seus direitos e privilégios, delegando ao povo a busca por querelas ou pequenos favores em relações pessoais de favores (Holanda, 2008). Apesar de não haver existido uma monarquia efetiva em solo brasileiro, as

relações entre povo e governantes era pautada por uma suserania informal, com diferentes valores humanos, como era necessário em um período pautado pela escravidão.

A declaração de independência brasileira e a construção de um império pretensamente livre dos ditames da coroa portuguesa não trouxe alterações na cadeia de poder, senão consolidou esse isolamento administrativo e elevou-o para uma esfera deslocada da sociedade, alheia aos problemas que se agravavam na economia escravagista. As contradições entre sustentar a estrutura colonial e participar de um Liberalismo econômico nascente coexistiram durante todo o império brasileiro como prerrogativa para manutenção da estrutura econômica latifundiária, aonde ...o *Liberalismo não conseguiu alterar a estrutura do Estado, instituindo um Estado protetor de direitos* (FAORO, 1987, p. 39).

A figura do imperador acima de todos os poderes, porém sem efetivamente governar o território, trazia o anacronismo das mudanças que invadiam toda a Europa após a Revolução Francesa. Uma aristocracia agrária protecionista, aliada a um comércio exterior restrito a sua antiga colônia e a Inglaterra, principal credora do Estado agonizante português, colocou o Brasil como uma colônia travestida de nação, assim como criou uma estrutura social excludente como uma sociedade funcional até o final do século XIX.

Sob outra perspectiva, a consolidação econômica assentada sobre a produção monocultora e a extração de minérios gerou uma oligarquia poderosa e protecionista e sob seus interesses o próprio imperador D. Pedro II ficará refém de suas orientações políticas. Alheios às carências locais, esses grandes fazendeiros e exploradores irão traçar diretrizes econômicas para a proteção de seus negócios, sem uma visão diretamente ligado aos planos da nação.

Mesmo com o fim do ciclo econômico da cana de açúcar, o perfil de intervenção do Estado será transplantado para a nova monocultura cafeeicultora na região Sudeste do país. O Liberalismo nunca foi um plano para a economia brasileira, pois não havia livre concorrência de mercadorias, mas sim um acordo mediado pelo próprio Estado para garantir o lucro a todos os grandes

produtores agrários. Não era possível pensar em um livre mercado em uma sociedade que não era livre, posto que metade das pessoas eram escravos.

A crise e ruptura do modelo imperial brasileiro originou-se fora do seu espaço, por demanda dos países europeus e do recém formado Estados Unidos da América, que precisavam de um mercado consumidor cada vez maior para absorver suas produções industriais. O Brasil era um comprador potencial cobiçado por essas nações, tendo em vista sua magnitude e um número crescente de habitantes, mas contava com um agravante na imagem da escravidão ainda vigente.

Não por acaso a abolição dos escravos africanos ocorreu um ano antes da declaração da República do Brasil, em 1888. Sem essa estrutura condenável do trabalho, o modelo de acumulação primitiva – e o próprio ciclo do comércio de escravos, que em dado momento gerava mais lucros que a extração de ouro em Minas Gerais – quebrou-se, foi o golpe fatal no velho modelo administrativo português em solo americano.

A declaração da República em 15 de Novembro de 1889 será efetivamente o fim da vinculação com Portugal e a real independência administrativa, contudo isso não gerou uma reorganização social, mantendo os princípios básicos da economia primária até a primeira metade do século XX. O que sai de cena é a figura do imperador, do grande líder para a chegada de um modelo positivista de organização adequado às necessidades da oligarquia nacional.

O que foi a República e o que é hoje

Um século após a Revolução Francesa, o Brasil irá declarar a ruptura com o modelo monárquico imperial e proclamar a fundação de sua República com décadas de atraso em relação aos países vizinhos, porém com motivações análogas. Apesar de ser executada pelos militares, contou com o apoio da elite agrária da época que buscava assentar seu poderio na estrutura político-

administrativa do país. Após os primeiros governos de transição da denominada República da Espada, conduzidos pelo alto escalão do exército brasileiro, os grandes produtores rurais irão assumir o poder.

Minas Gerais e São Paulo, os dois principais produtores agrários do Brasil, irão conduzir a política nacional até o século XX em um modelo protecionista e visando os interesses próprios à frente das demandas gerais. Esse foi o período da República Oligárquica (1894 – 1930), com uma política econômica que assegurasse os benefícios aos grandes produtores rurais, em especial aos cafeicultores exportadores.

Efetivamente, a sociedade brasileira continuava a não participar da política da nação reinventada sob modelos ideológicos distorcidos. O Positivismo, modelo filosófico proposto por Saint-Simon e organizado por Auguste Comte, estava em evidência por todo o mundo, propondo mudanças sociais que se adequassem ao cenário transformador industrial. No caso brasileiro não havia o que efetivamente transformar, nem uma sociedade que fosse composta por cidadãos com direitos assegurados ou mesmo uma industrialização retardada pela falta de interesse econômico.

Novamente, o Brasil estava em descompasso histórico quanto a sua formação como nação e organização do Estado, este corrompido por estruturas estamentais remanescentes do período colonial e imperial. O Estado estava presente a quem lhe era cidadão por direito, os homens alfabetizados que podiam votar e participar da política, sendo que em 1890 o número de homens analfabetos era de 71% (CARVALHO, 1996). Transpondo esses valores para toda a população brasileira, os eleitores representavam uma parcela inferior a 15% de toda a sociedade. Dentro dessa parcela excludente estavam os grandes latifundiários, juristas e parcelas menores da classe média da época, com variáveis níveis de dependência para com os grandes produtores agrários, em uma vinculação perniciosamente ainda existente em lugares afastados.

Esse acúmulo de falsas reformulações, adaptações em defesa dos interesses particulares das elites ao longo de toda a história brasileira irá eclodir no cenário político atual de conflitos, extremos e violência, como discutiremos

adiante. Toda a proposta de Liberalismo e Positivismo viria a servir como defesa contra propostas de rupturas políticas, impedir que a sociedade tomasse a frente da organização administrativa do país. Não sendo possível sustentar a estrutura escravagista, deveria ser reduzido o poder de intervenção dos novos trabalhadores livres que chegavam, em geral de países que passavam por problemas estruturais como Alemanha, Itália e outros.

Era preciso adaptar uma teoria Positivista às necessidades nacionais, onde os conceitos de tecnicismo e de meritocracia seriam deturpados com o de poder econômico e político impositivo utilizado pelos grandes proprietários, assim como adequar um Liberalismo e livre mercado que atendesse os interesses pessoais de um mercado monocultor agrário-exportador. Como destacou Lênin (1980, p. 30):

[...] a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-junker, condenando os camponeses a décadas de exploração, ao mesmo tempo em que se distingue uma pequena minoria de Grossbauers (lavradores abastados).

O que o autor denominou de *Via Prussiana*, sem contato direto da sociedade com a reorganização do país, será uma das marcas na história política do Brasil. Para Marx (1987), a Alemanha viverá uma Revolução sem Revolução, ligada aos interesses dos grandes proprietários rurais, alterando o sistema de administração sem abalar a estrutura pré-concebida da economia, um traço comum que a sociedade brasileira irá perpetuar na história.

O que ficou conhecido como *Junkers* na Alemanha do período de integração do país será um análogo ao grande proprietário de terras no Brasil, ambos controlam não somente a economia como também os meios de produção, impedindo dessa forma a reorganização social interna. A pequena burguesia foi excluída do poder, criando uma esfera de controle do Estado monopolizado por grandes proprietários, uma visão distorcida sobre aristocracia tardia que irá perdurar até o primeiro quarto do século XX.

Cada um desses modelos sofrerá rupturas violentas, no caso da Alemanha culminando na derrota na I Guerra Mundial e falência do Estado; no caso brasileiro, teremos a Revolução de 1930 em pleno cenário de crise econômica no plano global. Porém, ao contrário do caso alemão, que sofreu uma ruptura no modelo de latifúndios, domínio político e ascensão da pequena burguesia comercial e industrial no controle do Estado, houve a disputa de poder por grupos da mesma esfera econômica e não a participação das camadas inferiores.

O símbolo maior dessa política intervencionista pautada pelos interesses particulares foi o acordo denominado Convênio de Taubaté em 1906, que previa a compra do excedente da produção de café pelo Estado em tempos que o valor do produto não era lucrativo no mercado externo, garantindo um lucro mínimo aos produtores. O Brasil apoiava-se na vantagem de ser o maior produtor de café do mundo, fornecendo cerca de 75% de todo consumo global, podendo controlar um valor mínimo do produto, mas as constantes instabilidades econômicas externas tornaram esse acordo oneroso para o governo brasileiro, especialmente com o fim da I Guerra Mundial em 1918 e a crise da bolsa de Nova Iorque em 1929 (FURTADO, 1991).

O que Getúlio Vargas conquistou foi um cenário de contestação frente ao modelo protecionista dos produtores de café, que mantinham suas políticas protecionistas de mercado causando grandes perdas econômicas ao país em defesa de interesses particulares. A somatória de uma alternância no poder entre São Paulo e Minas Gerais e a insatisfação dos demais estados gerou o momento perfeito para o golpe de Estado de Vargas e impôs mudanças drásticas para a organização econômica.

Este período histórico é importante para delimitar a transição de uma sociedade majoritariamente agrária para um período de industrialização acelerada, porém restrito à região Centro-Sul do Brasil. Essa mudança é imposta por condições externas como a redução de importações de produtos manufaturados pós primeira grande guerra, chegada de mão de obra qualificada da Europa e a queda acentuada das vendas de café para o exterior.

Essas transformações foram as mais superficiais possíveis, procurando não afetar diretamente os interesses da elite econômica, “...ela [burguesia industrial] não oferece qualquer programa industrialista como alternativa a um sistema cujo eixo é constituído pelos interesses cafeeiros” (FAUSTO, 1997, p. 40).

Essa mescla entre o presente e o passado determinará uma trajetória econômica sem inovações, associando uma nova elite industrial a grupos tradicionais agrários, reduzindo o restante da população a coadjuvantes da formação social brasileira. Somado a isso, teremos um aprofundamento da dependência de investimentos externos, demanda de um capitalismo assentado em falta de empreendedorismo e acomodamento dos que viverão da renda acumulada com o modelo agrário monocultor, em um processo chamado de *capitalismo dependente* (FERNANDES, 2005).

Ainda que sob a forma de um governo autoritário como o de Vargas, será este o princípio de inserção da população em uma democracia rudimentar. A Revolução Constitucionalista de 1932 será o mais próximo de um movimento popular em busca de direitos sociais que, apesar de derrotada pelo governo de Vargas em Outubro do mesmo ano, conseguiria parte de suas reivindicações, como a convocatória de uma nova Assembléia Constituinte (fechada por Vargas) e principalmente uma nova Constituição em 1934.

Após esse evento, a participação das massas ganharia força, em especial nos governos anteriores a ditadura militar. O populismo ganhou força e levou ao poder figuras controversas, e sem apoio significativo das elites econômicas, o que poderia comprometer os planos de um Brasil tradicionalista. Não por acaso, o governo João Goulart seria encerrado em 1964 pelos militares sob a alegação de princípios subversivos comunistas com forte pressão exercida pelos Estados Unidos, momentos depois de seu Comício da Central para mais de 150 mil pessoas com propostas como aumento substancial do salário mínimo, reformas agrária, educacional, fiscal, política e outras.

Jango, como ficou conhecido o último presidente antes do golpe militar, propunha uma mudança estrutural no Brasil que era totalmente contrária aos

interesses das elites econômica e política, atacando ao mesmo tempo os grandes proprietários rurais (reforma agrária), os juristas e políticos de carreira (reforma política) e os investidores estrangeiros (reforma fiscal), obrigando a oligarquia brasileira a exaltar o sentimento patriótico e conservador das altas camadas das forças armadas em primeiro de Abril de 1964. Para alguns historiadores, este foi o primeiro e o último momento de uma real tentativa de reformulações sociais no Brasil, que como resposta teve a violenta ofensiva do exército com o apoio dos donos do poder.

A ditadura militar foi o cenário perfeito de uma sociedade que não conseguiu superar seus erros do passado, retomando um controle agressivo e punitivo de uma sociedade com poucos direitos, tal qual o período colonial brasileiro. Do outro lado, ampliou a dependência dos investimentos externos e protegeu os interesses das elites nacionais, criando um sistema satisfatório a esses grupos, ainda que sem o apoio da população. A sociedade brasileira ainda não estava constituída, sofria com os vícios do passado e excluía parcelas significativas de seus cidadãos, com manchas ainda presentes na atualidade.

Não é preciso fazer uma análise aprofundada desse período ditatorial, pois ele será um reflexo distorcido da História brasileira do período colonial. Em uma espécie de tragicomédia grega, os homens da política em Brasília determinavam o destino da sociedade, assim como os deuses no Olimpo, enquanto que a população plebéia assistia estarecida os caprichos e castigos que lhes eram impostos. Esse foi o aprofundamento do abismo entre o centro do poder e a sociedade, a corrosão da República brasileira.

Somente com o colapso econômico na década de 1970, após diversas crises do petróleo e o aumento exponencial das dívidas do Estado, é que o modelo governista militar perderá seu apoio das elites, não mais em condições favoráveis e que buscará novamente na população o apoio para a derrocada do modelo repressivo ditatorial, declaração oculta até este momento por defesa dos interesses particulares garantidos. A redução dos privilégios e o aprofundamento da crise econômica exigirá mudanças que os militares não eram capazes de realizar.

Em 1984 serão realizados os maiores movimentos populares em busca de representação política, movimento que ficou conhecido por Diretas já. A abertura política trará Tancredo Neves (PMDB) para o cargo máximo da política, com José Sarney (PMDB) na vice-presidência. Tancredo era a opção mais conservadora presente no cenário político do momento, assim como seu vice Sarney, ambos de famílias tradicionais proprietárias de terras e caciques políticos em seus estados. As outras opções eram repudiadas pelos militares da transição, em especial Leonel Brizola (PDT) e Lula (PT), opositores não somente dos governos ditatoriais como também das elites econômicas do país.

Com a morte prematura de Tancredo, José Sarney será empossado em Março de 1985 como primeiro presidente após o período militar, em eleições indiretas. Sarney será o símbolo do que sempre foi a política no Brasil, detentor de uma das maiores fortunas do Maranhão e com domínio político no estado, sua família irá controlar esse território por mais de 60 anos seguidos. A ruptura desse curral eleitoral irá ocorrer não por coincidência nas eleições de 2014, na era da informação o que torna mais difícil esconder dados para os eleitores.

Somente em 1990 – após o estabelecimento da Constituição de 1988 e finalmente o sufrágio universal no Brasil – a sociedade irá eleger seu primeiro presidente no período denominado Nova República, Fernando Collor de Melo (PRN, atual PTC). A eleição de Collor foi uma combinação de eventos, busca de uma nova direção da política, construção de campanha com forte apoio da mídia e criação da imagem de político austero e honesto, que viria a ser destruída menos de dois anos após sua eleição.

O que foi omitido da opinião pública foi o passado pouco conhecido do restante do país da família Collor de Melo, tradicional patriarcado político em Alagoas desde os anos 1950 e assim como seu antecessor, possuía uma hegemonia consolidada no cenário alagoano. Somado a isso, era figura política que agradava a elite nacional e manteria o panorama histórico de estabilidade. Seu erro foi tentar alterar efetivamente a estrutura social com um conjunto de reformas econômicas que afetaram não somente a camada mais baixa da sociedade, mas também os grandes investidores internos e externos.

Esse foi o ponto de ruptura de seu apoio político frágil, assentado em acordos extra-oficiais do Legislativo, que viriam a público com denúncias sobre a trajetória política corrupta de sua família, levando a mesma mídia que o apoiou a retirar seu suporte ideológico. Ainda eram os primeiros momentos da informática no Brasil, porém as telecomunicações já avançavam e tomavam posição decisiva sobre a opinião pública de forma instantânea. Seu vice, Itamar Franco (PMDB), irá terminar o período de governo e lançar Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como futuro candidato, classificado como um dos responsáveis pela criação do Plano Real, enquanto ocupava o cargo de Ministro da Fazenda.

Mais uma vez, Fernando Henrique representava o mais conservador possível em uma eleição contra um Lula já fortalecido nacionalmente e um persistente Brizola, porém com um ponto positivo facilmente explorado, era tido como o gurú da estabilização financeira brasileira, após décadas de descontrole econômico. O Plano Real foi sua principal bandeira de campanha e o levou a dois mandatos seguidos na presidência entre 1994 e 2002.

Apesar de ainda conservar traços tradicionalistas, Fernando Henrique foi o primeiro presidente desde Jango a não estar ligado diretamente aos grupos hegemônicos do poder no Brasil, sinalizando uma maior participação popular na escolha política. Fernando Henrique era o político mais adequado à realidade brasileira e talvez sua imagem ainda perdure no imaginário da sociedade, pois conseguiu consolidar apoio tanto da esfera popular quanto das elites econômicas, seguindo um modelo conservador sob as orientações do Consenso de Washington e redução do Estado brasileiro.

Sua contradição ideológica nunca foi colocada em questão, por ser um sociólogo que tinha conhecimento dos problemas sociais e as causas da perpetuação da desigualdade. Procurou encontrar a solução para esses problemas em modelos externos, como já havia sido realizado diversas vezes, sob os ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI). Outra razão para a baixa variação nas políticas brasileiras era um congresso parlamentar composto por agentes políticos tradicionais, que iria gerir falta de governabilidade em assuntos polêmicos como reforma agrária, previdenciária, judicial e política,

problemas esses ainda em pauta de discussão e um dos causadores da crise agravada da democracia.

A eleição de Lula em 2002 e reeleição em 2006 foi um ponto de ruptura nas ideologias conservadoras, ao menos na campanha política. Apesar de mudanças significativas nas políticas sociais e programas de redução da pobreza que tiveram um saldo positivo, mesmo sob suspeitas de corrupção ou desvios de verba e campanhas da mídia contra, as linhas gerais da política econômica não foram alteradas em uma real proposta de redistribuição de renda para a sociedade, principal temor da elite monetária e um dos principais fatores do apoio que o político recebeu.

O sucesso na maioria da sociedade, aliado ao apoio dos investidores e grandes empresários, criou o maior cenário da ilusão política brasileira, aonde foi possível construir a imagem de um país em mudança, sem efetivamente nada se alterar. As parcelas insignificantes de melhorias sociais eram um preço aceitável, traziam um alento as camadas mais pobres enquanto as classes mais altas desfrutavam de um cenário econômico favorável apoiado no modelo *Neodesenvolvimentista* impulsionado por uma China que ampliava suas compras de recursos primários, beneficiando toda a América Latina no período.

Novamente, a base de apoio no congresso era composta por políticos tradicionais que não levariam adiante reformas de base para mudanças na sociedade brasileira, esforço realizado ao longo dos 8 anos de governo de Lula na presidência. O panorama de crescimento econômico, após os últimos anos estagnados de Fernando Henrique, trouxeram capital político para Lula eleger sua sucessora Dilma Housseff e consolidar o modelo de governo do PT.

O choque entre real e virtual

A escolha de Dilma foi um erro estratégico de longo prazo para o PT e seus aliados, pela sucessão de problemas que ocorreram no final do seu

primeiro mandato e se aprofundaria no segundo, culminando com seu impedimento no poder. A crise econômica de 2008, os casos de corrupção e a busca de independência da base aliada ruíram as estruturas de seu governo, colocando o Brasil em um caos administrativo, o mais grave na recente democracia. A falta de carisma pessoal serviu para questionar sua capacidade de administrar um Executivo refém do Legislativo, além do “fogo-amigo” dentro de seu governo, termo utilizado por soldados na guerra quando são atingidos pelos próprios companheiros.

A economia não agradava as classes mais abastadas ou os investidores e rentistas, gerando uma insegurança ao mesmo tempo do recuo do mercado chinês na compra de bens primários da América Latina. O modelo *Neodesenvolvimentista* colapsava após 12 anos de sucesso e com ele toda uma política de investimentos em infraestrutura e distribuição de renda. Assim como ocorrera com Collor em 1992, a própria base aliada de Dilma começou uma ofensiva para retirá-la do poder, sob o comando indireto de seu vice Michel Temer (PMDB).

A diferença nos dois processos de *impeachment* são os momentos históricos nos quais ocorreram, deixando mais exposto as reais causas das sucessivas crises políticas. Como definiu Castells (1999), vivemos o mundo da informação e esta não pode ser mais controlada, ganha vida própria e é assimilada por todos. É o momento da Democracia Virtual, ou CyberDemocracia (LÉVY, 2003), é a volta da participação direta da população nos rumos do governo, ou o princípio desse método. A transição dos meios tradicionais de comunicação, que podem ser moderados e editados por interesses de grupos dominantes, para a difusão de informação no ambiente virtual traz um cenário de questionamento e investigação inexistente em 1992.

A ruptura política irá ocorrer pela primeira vez não somente na esfera do poder, mas também em toda a sociedade e nos diferentes extratos sociais, com a profusão de reivindicações múltiplas a qual a velha estrutura política não está preparada para responder. A crise econômica perpassa pelo mau estar e

pessimismo social de um modelo representativo ilusório, porém que se torna visível pela ampla divulgação de informações do ambiente virtual.

A sociedade brasileira começa a tomar conhecimento que sua democracia foi uma falácia construída no princípio da exclusão seletiva da população, seus representantes não estão em defesa de seus interesses e a justiça é delimitada por garantias políticas protecionistas, garantindo a impunidade parlamentar desde a proclamação da República. Com o aumento das manifestações virtuais da sociedade e a influência destas no mundo real, a busca por respostas se tornou mais intensa, colocando a política representativa e o Estado como inimigos.

As manifestações nas ruas demonstram essa insatisfação, assim como a abertura de um conflito direto entre esferas distanciadas ao longo da história, o centro do poder e a inexpugnável fortaleza que representou Brasília durante a ditadura foi tomada de assalto pela massa insatisfeita, no primeiro momento pelo fim do governo de Dilma e agora se espalhando para todas as camadas do Legislativo, incluindo o presidente em exercício Michel Temer. A internet e as redes sociais tornam-se cada vez mais agentes da construção da história do Brasil e o interesse político, apático na sociedade durante as décadas anteriores, tomam novo impulso.

Não é possível dimensionar se existe mais ou menos corrupção nos governos atuais, mas o que se pode afirmar é que existe mais transparência sobre as ações políticas e maior fiscalização da sociedade. A velha política de acordos informais percebe a redução do seu espaço de atuação e a invasão do mundo da informação, além de uma investida de atores que foram secundários no passado, entre eles o Judiciário. O grau de incredulidade e desconfiança passou a impactar todas as esferas do poder, o que colocou instituições como o Supremo Tribunal Federal em xeque, obrigando-o a tomar uma ofensiva contra o Legislativo.

Esse conflito entre as diferentes esferas tende ao suporte populacional na esfera do Judiciário, onde o Legislativo perdeu sua base de apoio eleitoral. Busca-se uma moralização do cenário político, cada vez mais em evidência dos

desvios de conduta frente um Estado fragilizado e empobrecido por séculos de desmandos. A mídia procura demonstrar os erros cometidos sem explorar o cenário histórico da formação de tal estrutura de poder (FAORO, 2012). A lentidão do sistema jurídico cria insatisfação popular, corroendo as estruturas de um Estado arcaico, causando um aprofundamento da crise em todas as esferas.

Essa liquidez que Bauman (2001) procura analisar, associada à quantidade ilimitada de informação disponível para a sociedade e a facilidade de associativismo que as redes sociais produziram nos últimos anos, está causando um transbordamento da sociedade brasileira, não sendo possível mais conter a volatilidade e expansão das necessidades. As manifestações que ocorrem nas ruas com frequência cada vez maior já demonstram a transposição do virtual para o real, o que foi idealizado nas redes sociais começa a ser concretizado, intensificando-se a gravidade desses levantes sociais, o que poderia levar a uma insurreição.

Na ânsia de trazer respostas à sociedade, o Judiciário também comete gafes e demonstra uma falta de sintonia com a população. Colocado como resposta das insatisfações da população, não possui a habilidade ou vocação de tratar dos temas da sociedade, onde a lógica não pode ser o único fator determinante. A política trata de emoções e pessoas, por isso a necessidade de um Legislativo, para organizar os desejos da sociedade, organizar e promover leis para melhorar o funcionamento do país. Cabe ao Judiciário fazer cumprir essas leis, analisar e punir quem as transgride.

Quando é colocado a frente, o jurista possui pouca efetividade na execução e dinamismo das questões sociais e ao contrário do que se propaga atualmente, essa lentidão pode trazer mais prejuízos do que benefícios. A política deve ser feita pela própria sociedade, sendo que o Legislativo é composto por pessoas. A grande crise presente acontece e se aprofunda no cenário ao qual esses políticos se distanciaram da população e se utilizaram do Estado para defender suas posições e interesses, uma clara deturpação da ética

de responsabilidade de suas funções e colocando em dúvida a ética de convicção da pessoa no cargo político (WEBER, 2004).

O descolamento dos três poderes da realidade social brasileira chegou ao seu limite em tempos atuais, não representa, protege ou legisla em prol da população, essa superestrutura tornou-se independente. Deve-se ressaltar também a inércia social ao longo de décadas, tolhidas em pequenas parcelas de seus direitos e deveres para com a política e na própria construção da sociedade. Essa omissão criou o espaço para dilatação e isolamento das esferas de poder, que não se refreou nos avanços ilegais, revivendo mais uma característica histórica do Brasil, a confusa relação entre público e privado.

A democracia hoje no Brasil está sendo desconstruída, quer pela desvalorização da política como agente da mudança, quer pelo efetivo político comprometido em causas particulares e com impactos negativos à sociedade, diante de um sistema jurídico incapaz de atuar. A população está interligada nas redes sociais, unindo-se em causas comuns, porém sem conseguir realizar o mesmo no concreto ou gerando conflitos entre diferentes demandas que se anulam. A desorientação agrava-se com a crise econômica e o avanço nas investigações de corrupção, trazendo à tona o arquivo da formação do país desde os primórdios de sua unificação.

O moderno do mundo virtual entra em conflito com o tradicional, coloca em evidência o que sempre existiu e era ocultado das vistas gerais. Desnudar a realidade chocante e permeada de acordos promíscuos foi a função essencial da internet, o despertar e nova mobilização da sociedade frente o controle de grupos hegemônicos. Por outro lado, ela abre espaço para a discussão de novas propostas fora de ordem em quantidade ilimitada, criando o caos de ideias, torna-se incoerente sem a própria organização da sociedade, o que precisa ocorrer no mundo concreto.

Sem ação direta, as bravatas e levantes virtuais não passarão de uma sombra dentro da real sociedade e não serão agentes da mudança. Sem a transposição do virtual para o real, tem-se um clamor que reflete na cúpula de Brasília sem abalar suas estruturas. O mundo virtual e suas redes sociais, como

ferramentas que são, trouxeram um esclarecimento além do desejo do próprio Iluminismo do século XVIII, permitiu o acesso aos porões dos palácios de todos os governos do mundo, aguardando o movimento do próximo agente, seja ele os políticos e controladores da situação ou a sociedade cada vez mais restrita em direitos.

O que vem a seguir

Em um cenário histórico de mudanças instantâneas como o atual, tentar colocar apontamentos para o futuro é uma tarefa infeliz, porém faz-se necessário algumas observações sobre a instabilidade e sobre a agonia da sociedade e da política no século XXI.

Ao contrário do que possa indicar todo o levantamento da história do Brasil, os erros e tradicionalismos perniciosos, a democracia não está próxima ao fim, vive um momento de espasmos e arritmias, porém muito distante do que seria seu fim. A democracia está renascendo, está sendo reformada internamente e como tal, criando a confusão necessária quando se derrubam paredes e troca-se o piso, uma transição tardia de uma política de acordos ancorada no período colonial para uma política participativa e ativa da população.

Ainda não de forma eficiente, a sociedade começa a transferir os conceitos e debates do mundo virtual para o real, movimento este que não pode ser controlado, reprimido ou censurado e que coloca contra a parede a velha política que se esconde atrás do braço armado do Estado. O Judiciário busca reafirmar seu poder e coloca-se em choque com o Legislativo, não para submeter as suas ordens e sim buscar um novo equilíbrio da balança, assim como agente de punição efetivo de uma nobreza intocável 20 anos atrás.

A confusão das ordens de poder ainda está latente, faltando a consciência ainda adormecida de que a maior força em todo o conjunto é a sociedade, a qual

os três poderes são funcionários. A desordem e o descompasso de reviver o passado sobreposto na atualidade são o preço da omissão de uma sociedade que se negou a crescer no tempo correto, buscar a sincronia e as reformulações necessárias da sociedade são parte do processo.

O crescimento da influência das redes sociais podem ser uma alternativa a uma nova política, em uma crise que não é somente brasileira e sim global na busca de representatividade. Faz-se notório a mudança que ela gera, trazendo de volta à realidade os intangíveis agentes da política e materializando demandas sem respostas. A frágil democracia vive momentos de debilidade e dúvidas, porém não tão profundas quanto os velhos aristocratas coloniais que habitam Brasília.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. São Paulo: Zahar Editora, 2001.
- CARVALHO, J. L. A construção da ordem: teatro das sombras. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Volume I.
- DUBOIS, L. Avengers of the New World: the story of the haitian revolution. London: Harvard University Press, 2004.
- FAORO, R. Existe um pensamento político brasileiro?. Em: Estudos Avançados, V. 1, N. 1, Out./Dez. 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141987000100004>. Acesso em 12 Outubro de 2016.
- FAORO, R. Os donos do poder. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 26^a edição.
- LENIN, V. I. O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1950-1907. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1980
- LÉVY, P. Ciberdemocracia. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. A Burguesia e a Contra-Revolução. São Paulo: Ensaio, 1987.
- RIBEIRO, O. A formação de Portugal. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2004.